

# CORREIO

DE GUIMARÃES



LITERATURA - PAG.4

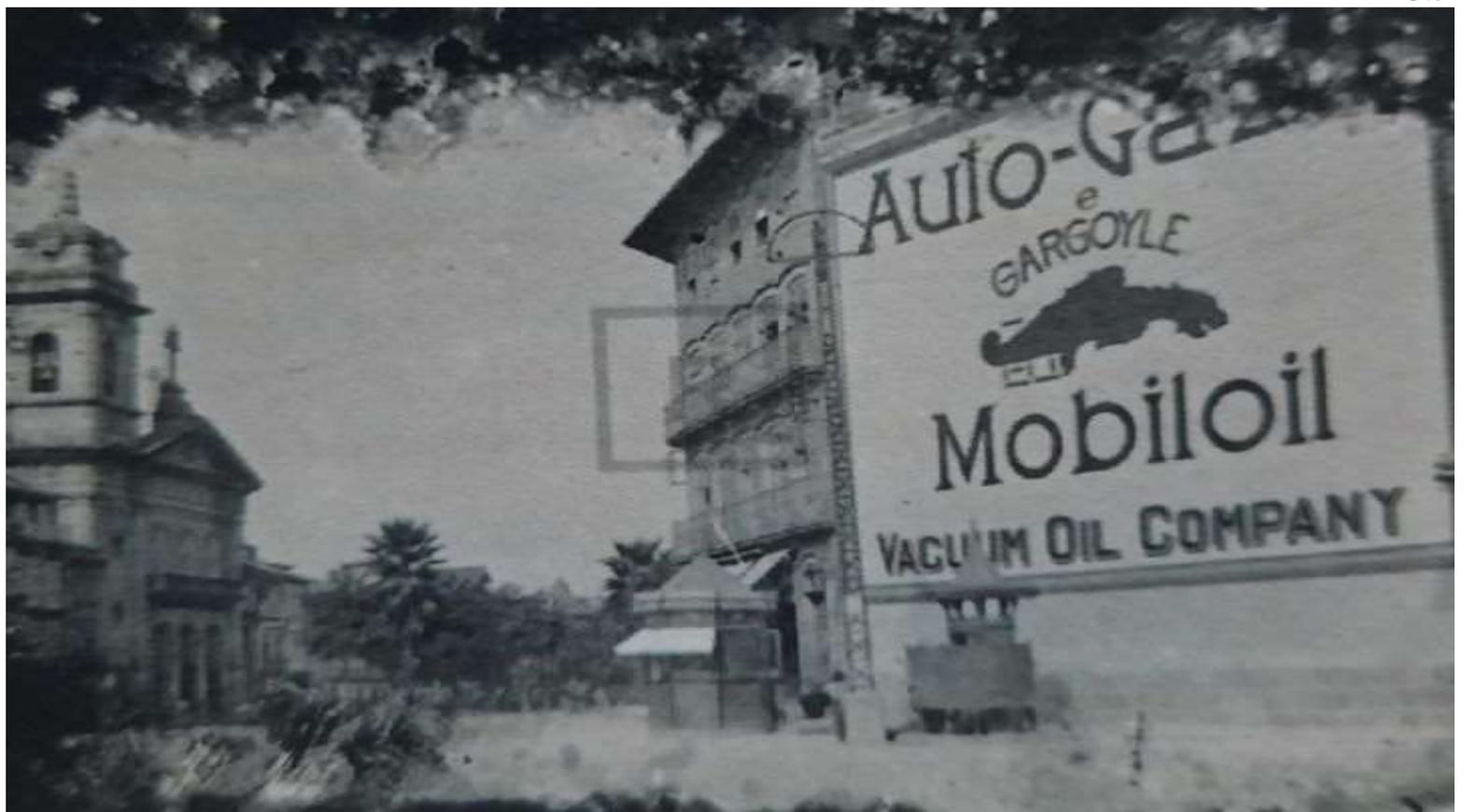
Os poemas de  
Frassino  
Machado

## A História da Torre da Alfândega

PAG.3

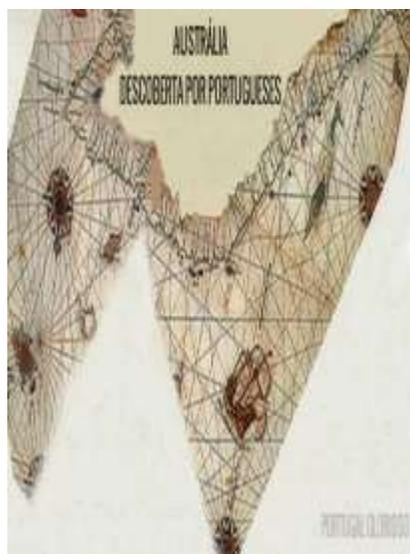
HISTÓRIA - PAG.5

A valiosa edição  
do livro das  
comemorações  
de Guimarães  
em 1940



Postais do Século XX- Costumes - Pág. 3

Descoberto  
mapa que  
comprova que  
os portugueses  
foram os  
primeiros a  
chegar à  
Austrália Pág.2



Selo da cidade de Guimarães  
pag.3

História da Guerra Colonial  
Século XX

Pág.5

## O caminho para a Democracia e a Misericórdia de Guimarães - Paulo Freitas do Amaral - Editorial

A primeira experiência de democracia existente em Guimarães é certamente a eleição do Provedor da Misericórdia de Guimarães. Tal como a eleição do responsável máximo da Igreja Católica é uma das eleições mais antigas do mundo, se excetuarmos a Grécia antiga, a eleição do Provedor da Santa Casa é em Guimarães certamente o ato democrático mais antigo da cidade.

Embora há 500 anos atrás houvesse uma separação entre irmãos "de primeira"; os que tinham uma melhor condição social e com poder de voto, e os irmãos "de segunda"; aqueles que operacionalizavam as atividades da Misericórdia e sem poder de voto, o ato eleitoral é registado em várias atas como uma participação digna de tempos atuais. Sendo os responsáveis da câmara designados pelas cortes, a Misericórdia assumia-se pela única Instituição com base democrática na indicação do seu líder.

Outro período curioso onde a Santa Casa passou um dos períodos conturbados foi aquele em que alguns portugueses lutaram por a par da Monarquia, aprovarem uma constituição que lhes garantisse direitos e apontasse em direção a uma democracia.

Neste contexto as lutas liberais e miguelistas em Portugal completaram um ciclo de oito anos no seu total e dividiram Guimarães e a Santa Casa em duas fações; aqueles que queriam ver uma constituição que promovesse a Igualdade, a liberdade e a Fraternidade e outros que defendiam o absolutismo e despotismo de D.Miguel. Todo o Portugal se dividiu entre apoiantes de D. Pedro e D. Miguel.

Guimarães mergulhou nesta luta de forma intensa. Infelizmente é um período pouco estudado em Guimarães mas com grande interesse pois são mais que muitas as peripécias, as batalhas e as estratégias políticas que se deram no berço da nação. Houve muitas crueldades cometidas; mortos, feridos, bens confiscados, terras abandonadas, roubo, fogo posto, lares desfeitos, etc..etc... A Misericórdia de Guimarães não foi exceção e talvez tenha tido neste período a fase mais difícil de toda a sua História mas a introdução de uma constituição que nos iria conduzir a uma democracia prevaleceu no final com a vitória dos constitucionalistas.

Na sessão da Mesa Administrativa de 1826 foi constatada a afluência de feridos no Hospital, resultado de uma das batalhas mais sangrentas com mortos no Tournal e um pouco por toda a cidade, devido a um confronto em plena cidade entre liberais e miguelistas.

O medo assolou toda a cidade e nas semanas consequentes a cidade ficou deserta, tal era o receio das pessoas irem à rua...parecendo que uma pandemia teria chegado a Guimarães....

A Mesa Administrativa confrontada com o auxílio a tantos feridos militares deliberou: "que se suspendessem as rações e esmolas e mais se não admitissem entrevados e inválidos"

"que se despedissem do Hospital os doentes de queixas venéreas e os incuráveis..." Mas o que podemos constatar de mais cruel foi a perseguição exercida contra todos quanto fossem de ideologia contrária ou seja despediam-se funcionários e riscavam-se Irmãos conforme fosse liberais ou miguelistas. Na sessão de 4 de Agosto de 1828 da Mesa por saber-se que os médicos da Misericórdia António Joaquim Ferra de Castro e Manuel José Faria estarem presos por serem liberais foram imediatamente substituídos dos quadros da Santa Casa. O capelão e o sacristão mor Padre Francisco Xavier Pereira Guimarães foram igualmente substituídos por desafeto a D. Miguel. Outro capelão do coro chamado Padre António Luís Carvalho Reis por ter ímpetos constitucionalistas foi igualmente "despedido" da Misericórdia. O boticário vimaranense Teotónio Ferreira da Cunha Carvalho que tomou armas no Porto contra D. Miguel, deixou também de colaborar com a Santa Casa por Ordem da mesa Administrativa. A 18 de Março de 1829 procedeu-se a uma depuração no rol dos Irmãos. Todo o que era suspeito de ser liberal, era apelidado de maçônico e riscado de Irmão da Misericórdia.

Quando os ventos políticos mudaram, a folha 62 V. do códice 14 foi traçada em trinta linhas, para ocultar os nomes aí escritos, e os dizeres inflamados à causa de D. Miguel.

Mas como a vida dá muitas voltas e a sorte política muda à velocidade da luz, sucedeu-se à perseguição Miguelista, o ajuste de contas Pedrista ou Liberal. Em 1834 são restituídos aos seus lugares os antigos empregados, o mesmo sucedendo com os irmãos riscados.

No requerimento do Reverendo Francisco Xavier Guimarães referido anteriormente, um dos capelães expulsos, se dá a razão legítima da sua readmissão: "Não era agora crime o que então tal era apelidado" O mesmo fundamento é apresentado pelos Irmãos aos quais haviam dado baixa do rol da Irmandade:

"Não podendo esse suposto crime ser causa suficiente para serem riscados.... Acrescendo que tal crime não existia, sendo pelo contrário uma virtude resistirem à usurpação, conservando o juramento de fidelidade prestado à causa legítima da Rainha e que da mesma forma não podiam atender a outras causas, por tudo o que parecia se deviam restituir, como se nunca fossem riscados, ao número dos Irmãos desta Santa Casa"

(arq.da Mis. Códice 14, fis. 138 e 142)

Sem embargo a readmissão foi realizada na sessão imediata.

O período após as lutas liberais continua extremamente complicado pois a causa miguelista instalada na Mesa Administrativa contraiu dívidas em prol do apoio às campanhas militares de D. Miguel.

# Mapa descoberto revela que os portugueses foram os primeiros a chegar à Austrália!

O mapa assinala com detalhe e acuidade, várias referências da costa Este Australiana, tudo relatado em português, provando que foi a frota de quatro barcos liderada pelo explorador «Cristóvão de Mendonça» quem efectivamente descobriu a Austrália no longínquo ano de 1522.

Desta forma, os factos são agora invertidos, pois foi o navegador português a fazer tão importante descoberta, cerca de 250 anos antes do Capitão James Cook a ter reclamado junto da coroa inglesa, em 1770.

Na altura a descoberta de Cristóvão de Mendonça, agora suportada por um rol de historiadores, graças aos vários descobrimentos lusos que ocorreram ao longo das costas Neozelandesa e Australiana durante o século XVI, foi mantida em segredo como forma de prevenir e impedir que outras potências europeias alcançassem e se apoderassem deste novo e fantástico pedaço de terra.

O que pode significar esta nova descoberta? Muita coisa... Mas acima de tudo prova que os aborígenes australianos e os portugueses têm muito em comum - uma paixão feroz pelo Oceano.

Recordemos que os aborígenes da Austrália descendem de emigrantes africanos que povoaram a Ásia há 60 mil anos, cruzando o mar utilizando canoas e toscas embarcações. Gente que demonstrou muita coragem ao enfrentar o imenso desconhecido, uma similitude com os navegadores portugueses. (veja: Dois terços do mundo foram descobertos pelos portugueses).

Há muito que a descoberta da Austrália por James Cook, levantava dúvidas aos historiadores. O historiador australiano, Peter Trickett, vem agora contrariar o que se ensinou nos últimos 237 anos: Afinal, a Austrália foi descoberta pelos portugueses.(video no link)

O livro com o título 'Para além do Capricórnio' da autoria de Peter Trickett, jornalista australiano e repórter de investigação especializado em temas de ciência e história, que li em dois dias tão grande foi o interesse que me despertou (recomendo a leitura do mesmo), o autor explica de uma maneira muito simples, vários achados e danças cerimoniais que estão enraizadas nos aborígenes, que provam a passagem do Capitão Cristóvão de Mendonça que cartografou a costa da Austrália.

Nesses achados consta um canhão encontrado em local sagrado aborígene em Carronade Island, na costa de Kimberley, que é comparado a uma réplica de um canhão Português do Século XVI (o livro mostra as fotos e são mesmo idênticos).

Foi encontrado também um pote de cerâmica de estilo Português (também há foto do pote) pescado do leito do oceano ao largo de Gabo Island, e datado cientificamente como sendo do ano 1500 que provavelmente conteria vinho ou azeitonas.

Encontrados também artefactos de pesca numa praia de Fraser Island, Queensland, contendo um peso de chumbo que foi datado cientificamente como sendo de cerca de 1500 e o chumbo identificado como sendo originário de uma mina de Portugal ou no sul de França.

Os nomes "aportuguesados" que Cristóvão Mendonça deu a vários pontos da costa, explicados e traduzidos pelo autor do livro é fascinante. Até a fisionomia de alguns aborígenes com alguns traços europeus, são por ele explicadas.

Já em 1512, um dos barcos de uma pequena armada de António Abreu, teria navegado por aqueles mares da costa Australiana, mas disso sabe-se pouco, até porque com medo da cobiça, os nossos Reis impunham segredo



# História da Torre da Alfândega

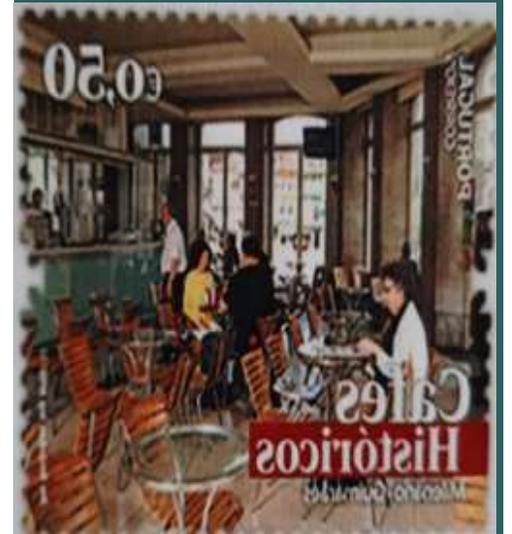
A estrutura defensiva de Guimarães, circunscrita inicialmente à pequena Vila do Castelo, foi acrescentada, entre a segunda metade do século XIII e as duas primeiras décadas do século XIV, com uma segunda cerca fortificada, com as suas muralhas, torres, cava e portas, que contornou o burgo conhecido por Vila de Baixo, que fora crescendo em volta da Colegiada. Das torres que então foram erguidas, umas tinham funções de vigilância e de proteção das portas de acesso à vila, que ficavam no seu interior - Torres da Senhora da Guia, da Porta da Vila e de S. Bento ou Santa Luzia. Outra, a torre dos Cães, implantada sensivelmente a meio do pano de muralhas ainda visível na atual Avenida Alberto Sampaio, tinha exclusivamente funções de vigilância. As restantes, a torre velha e a Torre da Alfândega, não abrigavam portas.

Também conhecida por Torre das Biscas, nome que teria tomado do local onde foi implantada, ficaria mais conhecida como a Torre da Alfândega é o ponto da cerca fortificada de Guimarães situado mais a Sul e afastado do Castelo. Tinha uma planta quadrada em U, aberta ao lado que, a Norte, confronta com o interior da vila, e fechada nos três lados voltados para o exterior da linha das muralhas.

Durante o tempo em que a cerca de muralhas cumpriu a sua função primordial de proteger o burgo dos ataques dos inimigos em tempos de Guerra, a administração local cuidava atentamente da sua conservação e não permitia que fosse utilizada para outros fins que não aqueles para que fora erguida. Depois da Guerra da restauração, a Câmara investiu muitos cuidados e meios na reparação dos muros e portas, a estrutura medieval de defesa de Guimarães foi-se tornando obsoleta, em larga medida porque a vila crescia, cada vez mais, para espaços extramuros. A partir daí, a velha muralha e as suas torres começaram a arruinar-se e a ser apropriadas para uso privado.

Em quatro de Agosto de mil setecentos e sessenta e sete, o rei D. José I fez publicar uma resolução que permitia o aforamento de terrenos públicos para edificar casas, de modo a propiciar o crescimento de cidades e vilas do Reino, constituindo-se prazos fiteusins ou enfiteuticos, processo pelo qual o domínio útil do chão era transferido para particulares

Correio dos CTT – 1953 – Café Milenário

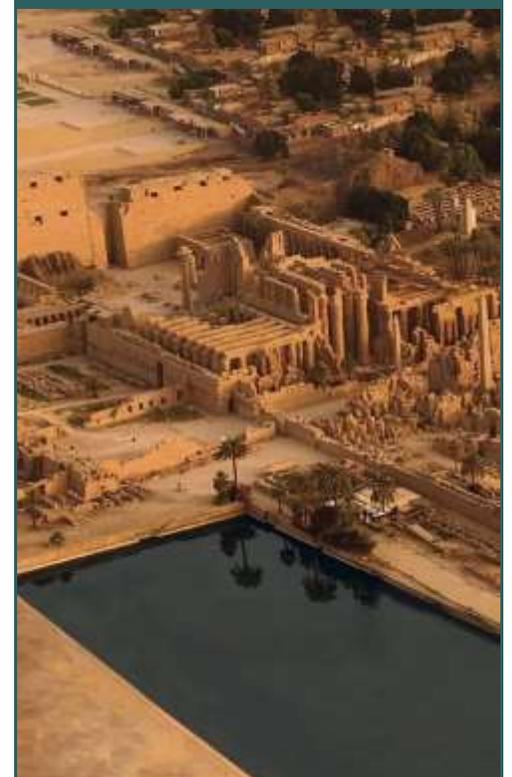


## O lago espetacular de Luxor (Egipto)

O lago sagrado é retangular em tamanho, foi escavado na época de Tutmosis III e está localizado em Luxor; É o maior do género, é revestido a pedra e equipado com escadas que descem para a água e mede cerca de 120 metros de comprimento x 77 metros de largura.

A água do lago é preenchida com água subterrânea, usada por sacerdotes para abluções rituais e necessidades do templo e também era o lar de gansos sagrados; Tem uma representação simbólica das águas primordiais das quais a vida surgiu.

Entre o lago e o Templo de Osíris de Taharca, existe um enorme escarvalho dedicado a Amenhotep III trazido de seu templo funerário, segundo alguns historiadores, enquanto outros pensam que foi trazido de Kom-el-Heitan, onde outro templo funerário foi localizado.



# História da Torre da Alfândega (Continuação)

Com base nesta resolução régia, o processo de aforamento dos terrenos encostados à muralha de Guimarães para construção de casas recebeu um impulso significativo. A Torre da Alfândega feita a favor de Cristovão Dias de Castro, tem a data de 11 de Dezembro de 1793, e consta de "um terreno que foi do público, para edifício de dois portais nas casas de Postigo, freguesia de S. Paio, desta cidade". As suas confrontações eram as seguintes: do lado do nascente com a rua pública que ia em direcção aos Açougues; pelo poente com casas que já pertenciam a Cristovão Castro e pelo Norte com a rua do Postigo de S. Paio. A sul, confrontava com "o muro da vila que se segue junto à Torre da Alfândega".

Os direitos referentes a este contrato de emprazamento, que corresponde aos atuais números 25 a 31 da atual rua do Anjo, passarão, por herança, para uma filha do primeiro enfiteuta, Maria Rita de Castro, que, em final de Maio de 1808, os vendeu a uma senhora chamada Maria Luísa.

Esta, logo a seguir, requereu a adjudicação do terreno da muralha para utilizar como fundo das casas que tencionava mandar erguer naquele local. Este terreno englobava o vão da muralha e o respectivo muro. A adjudicação foi feita por sentença de 10 de Outubro de 1808, após a correspondente avaliação. O prazo tem a data de 2 de Dezembro, tendo obtido confirmação régia em 20 de Março de 1809.

Entretanto, uma provisão régia de 10 de Dezembro de 1800, havia autorizado o juiz de fora e a Câmara de Guimarães a demolirem os muros e as torres da cerca de Guimarães, para se usar a sua pedra em reparações da via pública e dos aquedutos que abasteciam a vila. A Torre da Alfândega começará a ser demolida em 1812.

A casa com os números 25 a 31, que englobava o terreno da Alfândega, foi posta em hasta pública em 1 de Junho de mil oitocentos e trinta e quatro, tendo sido adjudicada a Bernardo de Sousa, por conta de dívidas contraídas pelo viúvo de Maria Luísa. Na avaliação a que então se procedeu, o lote aparece descrito e como "uma morada de casa e seu terreno dentro da torre".

Em Outubro de Mil oitocentos e quarenta e um, este edifício, assim como o nº33 da mesma rua, foram adquiridos, em compra judicial por José António Peixoto de Lima, com procuração da sua mãe, Antónia Joaquina. À altura daquela venda, o nº33, pertencia a Maria Rosa de Sousa, menor. Na avaliação que então foi feita, consta que incluía um troço da "antiga muralha e vão da mesma", e no ato da venda foi apregoado como sendo uma morada de casas e torre e sua pedra". Esta transação teve o consentimento da Câmara em 7 de Maio de 1851, ficando então claro que o conjunto de imóveis que passou para a posse de Antónia Joaquina se compunha de "casas, vão de torre, pedra e muralha".

Aquando do seu casamento, em Mil oitocentos e quarenta e quatro, José António Peixoto de Lima recebeu da sua mãe, em dote, as casas números 25 a 31 da rua do Anjo, assim como metade do vão da torre e da pedra que existisse nesse terreno, na torre e na muralha.

Em 1873, por falecimento de José António Peixoto de Lima a casa com o nº33 passou para a posse da sua filha Filomena. Quando esta morrer, foi herança pela sua mãe, Cândida Filomena Morais Lima, que lhe sobreviveu e que a transmitiria ao seu filho, o Padre Francisco Peixoto de Lima.

Entretanto, com o curso do tempo, foram erguidos novos edifícios dos lados nascente e poente da Torre, que por ela alinharam as suas fachadas, deixando de ser visíveis as suas faces laterais e, com o tempo, muitos acabariam por julgar que se tratava de um troço da antiga muralha, que na verdade corria meia dúzia de metros mais para dentro.

Em Mil novecentos e trinta e quatro, a Câmara pediu autorização ao proprietário da Torre da Alfândega para acrescentar ao muro algumas fiadas de pedras e meia dúzia de merlões para sugerir as antigas ameias da velha torre, que foi erguida até à cota do edifício com que confronta pelo lado nascente. Por essa altura, foi retirada a cal que rebocava a parede. Acabava a torre como painel para afixação de publicidade e a torre recuperava parte da sua antiga dignidade.

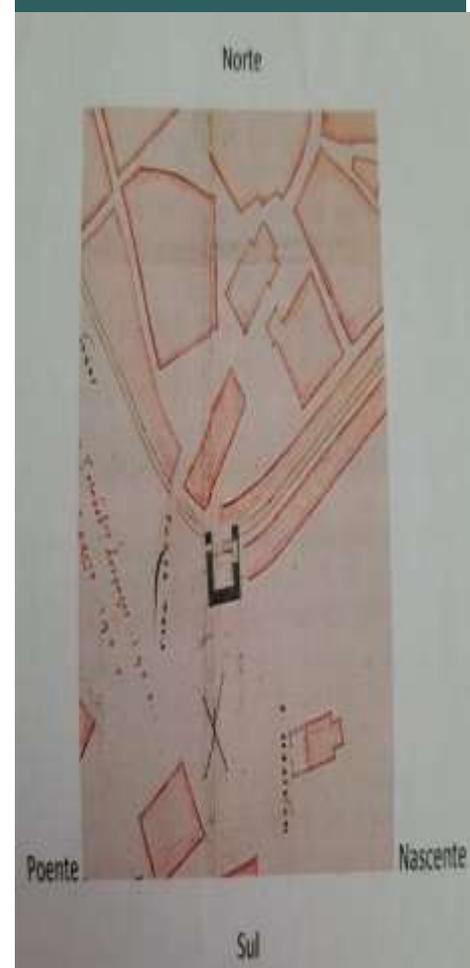
A partir da década de Mil novecentos e sessenta, o que sobra da única torre da cerca de muralhas medieval de Guimarães que sobreviveu até aos nossos dias, ganhou particular simbolismo no quadro de identidade de Guimarães associada à fundação da nacionalidade, com a afixação nas suas pedras da inscrição "Aqui Nasceu Portugal".

Entretanto em Mil novecentos e vinte e quatro, o proprietário de imóveis passou a ser o Dr. Fernando Gilberto Pereira. Mais tarde seriam tutelares desta propriedade Joaquim Fernandes Marques e a sua esposa Maria Amélia Coutinho Marques. Após a morte de ambos, seria transmitida em herança aos seus filhos, que em 12 de Agosto de Dois Mil e Quatorze a venderam à empresa Marvalu - Investimentos e Gestão Imobiliária, S.A., de Domingos Machado Mendes, residente em Joane, Vila Nova de Famalicão

## Torre da Alfândega com anúncio



## Planta da Torre da Alfândega



# Torre da Alfândega (continuação)

As fontes e os testemunhos disponíveis não deixam margens para grandes dúvidas quanto ao local de nascimento do Vitória Sport Clube. O clube foi fundado na loja do seu presidente, António Macedo Guimarães, com porta aberta em parte do edifício atualmente ocupado pelo café Milenário, ali bem perto da Torre da Alfândega, onde está afixada a inscrição "Aqui nasceu Portugal". Já quanto à data, a situação é mais problemática. Não se ignora que está oficialmente assumido o dia 22 de Setembro de 1922, mas até hoje não encontramos nenhum documento, testemunho ou indício que permita confirmar essa data.

O Milenário está instalado há mais de 5 décadas no rés do chão de um prédio que tem três andares superiores devolutos. O edifício é propriedade da Santa Casa da misericórdia de Guimarães.

O café foi inaugurado em Novembro de 1953, no ano em que a cidade de Guimarães comemorou 1000 anos de existência, daí o nome de Milenário.

## Histórico do processo nº735/85 da Câmara Municipal de Guimarães

Em 21 de Fevereiro de 1985, foi submetido na Câmara um processo de obras de beneficiação e ampliação do Café Milenário com o nº 735/85, em nome de Álvaro Fernandes de Oliveira.

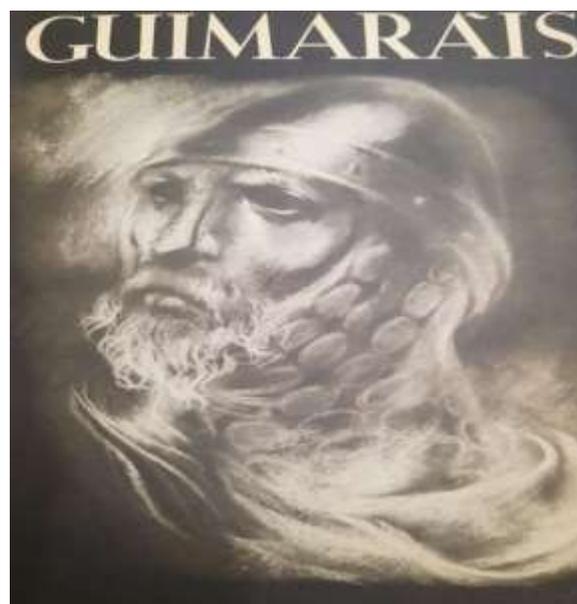
Em 13 de Março, foi emitido parecer técnico de deferimento, condicionando à nova posição das instalações sanitárias por forma a libertar o pano da muralha em toda a sua extensão.

A quatro de Abril de 1985 foi deferido por despacho, na condição de cumprir as condições do parecer do GCH.

É submetido pedido de revisão em 15 de Abril de 1985.

A 18 de Abril de 1985, segundo informação do então GCH, é deferido o requerido.

O Alvará de Licença de Obras é passado em 2 de Maio de 1985, com validade de 180 dias.



## A valiosa edição comemorativa

Aguarela do interior do Castelo de Guimarães, autor; João Jorge Maltieira, 1940

Aguarela do Castelo de Guimarães e Igreja de S.Miguel, autor; João Jorge Maltieira, 1940



## Planta da torre da Alfândega



O Cruzeiro manuelino da antiga porta da Senhora da Guia, na muralha, e que hoje se guarda dentro do edifício da colegiada, por iniciativa do Museu Alberto Sampaio (gravura de António Marinho e Guilherme Camarinha)



Largo da Oliveira em Guimarães, Aguarela, autor; João Jorge Maltieira, 1940

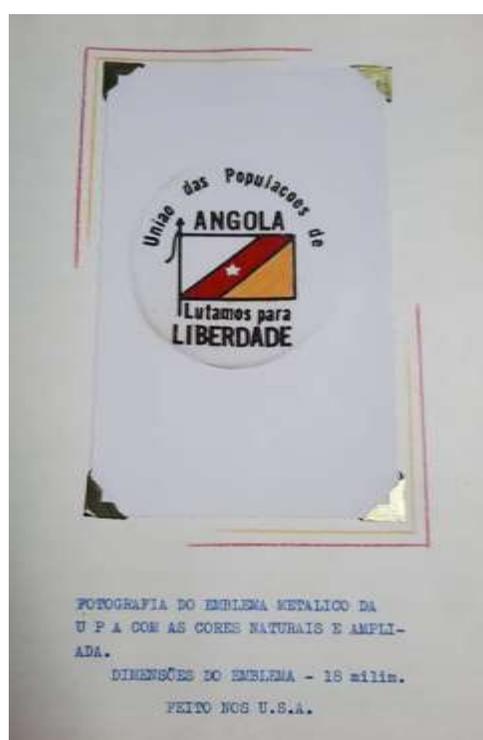


# História da Guerra Colonial

Todas as imagens constantes desta edição do Correio de Guimarães faem parte de um relatório do administrador Custódio Ramos para o ministro da altura Adriano Moreira.

Este Relatório contém imagens chocantes dos primeiros ataques feitos a portugueses no norte de Angola (provincia de Uíge).

Durante as edições posteriores iremos publicar todo o conteúdo destes relatórios.



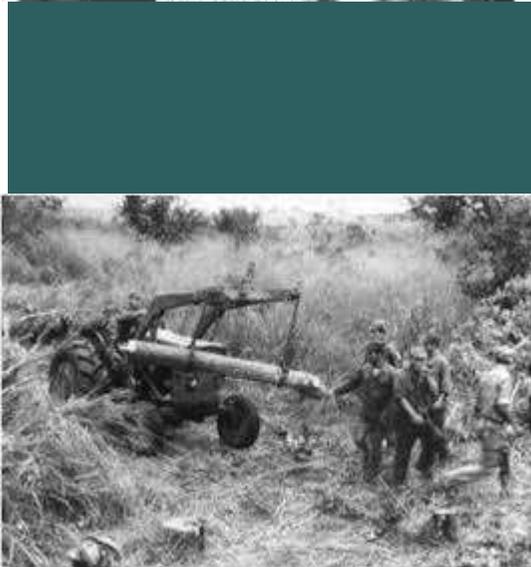
# História da Guerra Colonial

A Guerra de Independência de Angola, também conhecida como Luta Armada de Libertação Nacional, foi um conflito armado entre as forças independentistas de Angola — UPA/FNLA, MPLA e, a partir de 1966, a UNITA — e as Forças Armadas de Portugal. Na opinião do MPLA, a guerra teve início a 4 de Fevereiro de 1961, quando um grupo de cerca de 200 angolanos, supostamente ligados a este movimento, atacou a Casa de Reclusão Militar, em Luanda, a Cadeia da 7.ª Esquadra da polícia, a sede dos CTT e a Emissora Nacional de Angola. No entanto, para Portugal e para a FNLA, a data é 15 de Março do mesmo ano, data do massacre das forças de Holden Roberto, a UPA, na região Norte de Angola. A guerra prolongar-se-ia por mais 13 anos, terminando com um cessar-fogo em Junho (com a UNITA) e Outubro (com a FNLA e o MPLA) de 1974. A independência de Angola foi estabelecida a 15 de Janeiro de 1975, com a assinatura do Acordo do Alvor entre os quatro intervenientes no conflito: Governo português, FNLA, MPLA e UNITA. A independência e a passagem de soberania ficou marcada para o dia 11 de Novembro desse ano.

Depois de quatro séculos de presença em território africano, no final do século XIX, Portugal achou-se no direito de reivindicar a soberania dos territórios desde Angola a Moçambique, junto das outras potências europeias. Para tal, teria lugar a Conferência de Berlim em 1884. A partir desta data, foram várias as expedições efetuadas aos territórios africanos, às quais se seguiram campanhas militares com o objetivo de "pacificar" as populações. A população tentou resistir mas, dada a superioridade bélica de Portugal, rapidamente abandonaram a resistência por meio das armas. Décadas depois, Portugal foi colocado frente-a-frente com guerras de independência, a primeira das quais a de Angola, que também marcou o início da Guerra Colonial Portuguesa. Seguir-se-iam as da Guiné-Bissau (1963) e de Moçambique (1964). Influenciadas pelos movimentos de autodeterminação africanos do pós-guerra, o grande objetivo das organizações independentistas era "libertar Angola do colonialismo, da escravatura e exploração", impostos por Portugal. Embora Angola fosse um território de grande riqueza de recursos naturais, nomeadamente em café, petróleo, diamantes, minério de ferro e algodão, para o Governo de Portugal, liderado por António de Oliveira Salazar, o que era preciso defender era o regime e não a economia. Muitas vezes incentivados pelo próprio Estado português, cerca de 110 000 imigrantes foram para as colónias africanas, a grande maioria para Angola, nas décadas de 1940 e 1950; em 1960, dos cerca de 126 000 colonos residentes em Angola, 116 000 eram originários de Portugal.

Do ponto de vista militar, as tropas portuguesas tiveram que enfrentar uma guerra de guerrilha não-convencional, para a qual não estavam preparadas nem motivadas. O esforço de guerra recaiu sobre o Exército, dadas as características do conflito, apoiado por meios navais e aéreos. Inicialmente, o equipamento do exército português estava obsoleto (a maioria datava da Segunda Guerra Mundial e algum era mesmo anterior, e o número de forças era de cerca de 6 500 homens. A partir do primeiro ano, as forças portuguesas passaram de 33 000 homens (1961) até atingir um contingente de 65 000 no final da guerra, que reunia todos os ramos das Forças Armadas. Embora superior em homens, estes precisavam do apoio dos meios navais e aéreos, taticamente mais fortes. No entanto, por falta de recursos para utilizar estes meios, e pela natureza desgastante do conflito, Portugal foi perdendo a sua superioridade ao longo do conflito. Para combater a guerrilha, Portugal teve de se adaptar com técnicas de contra-subversão a partir de 1966. Em relação à guerrilha, esta estava completamente adaptada ao terreno e ao clima difícil de Angola: moviam-se sem dificuldade em pequenos grupos (10 a 40 elementos), aproveitando-se, ao nível logístico e operacional, do apoio das populações. No entanto, uma das principais ameaças dos guerrilheiros vinha do seu interior: disputas tribais, diferenças étnicas e culturais. Ao longo do conflito, a UPA/FNLA, o MPLA e a UNITA, que atuavam em diferentes regiões de Angola, por vezes defrontavam-se entre eles. Estas divergências iriam agudizar-se após a Independência de Angola, com a Guerra Civil Angolana.

Em Portugal, a guerra colonial era há muito tempo contestada: a população via os seus familiares a morrer ou a ficarem deficientes; o país via os seus recursos financeiros a esgotarem-se, a produção a decair e a inflação a subir; e surgiam vozes discordantes do regime, desde a esquerda à direita, passando pela igreja católica, pelos movimentos estudantis e pelas associações sindicais. Aliada a esta contestação social, e a uma pressão internacional sobre a condução da Guerra Colonial Portuguesa, vai crescendo a influência comunista sobre os militares portugueses. O fim da guerra em Angola culminará com um golpe de Estado militar em Portugal, a Revolução dos Cravos, a 25 de Abril de 1974







## DESDE GUIMARÃES COM MÚLTIPLOS SETORES, PRESENTES EM VÁRIOS PAÍSES



Construção e conservação de obras rodoviárias e aeroportuárias



Obras marítimas, proteção costeira e marinas



Sinalização e segurança rodoviária



Requalificações urbanas e infraestruturas integradas



Habitação e Construção Civil



Infraestruturas elétricas e soluções de energia



Infraestruturas hidráulicas, águas e saneamento



Centros logísticos e empresariais



Complexos desportivos e soluções urbanas



Agropecuária e agricultura



Ambiente - Resíduos

Rua João Oliveira Salgado, nº 385,  
4810-015 Costa - Guimarães  
[www.mca-group.com](http://www.mca-group.com)

**O Grupo Correio de Guimarães passou a comercializar a revista Diplomática e a Eles e Elas. Faça já a sua encomenda!**

[www.facebook.com/correiodeguimaraes.com](http://www.facebook.com/correiodeguimaraes.com)

**Participe no nosso jornal:**

Escreva-nos uma sugestão, um texto e/ou uma opinião e envie-nos para o endereço:

[correiodeguimaraes@gmail.com](mailto:correiodeguimaraes@gmail.com)

Proprietário Paulo Freitas do Amaral  
Dep. Legal 454380/19  
Diretor Paulo Freitas do Amaral  
Impressão: Avegráfica



**ELES & ELAS**

